REQUERIMENTO Nº ____, DE 2019

(Da Sr. Lucas Gonzalez)

Requer criação de Comissão Especial para apreciar projeto de lei complementar 295/2016, que estabelece normas gerais sobre obre planejamento, orçamento, fundos, contabilidade, controle e avaliação na administração pública; altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; e revoga a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

Senhor Presidente,

Nos termos dos art. 114, inciso IV, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência que, em sua atribuição prevista no inciso III do art. 17 do RICD, institua a Comissão Especial destinada a apreciação do Projeto de lei complementar 295/2016 (LEI DA QUALIDADE FISCAL), que dispõe sobre normas sobre finanças públicas altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; e revoga a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

JUSTIFICATIVA:

O PLP 295/2016, de autoria do Senador Tasso Jereissati PSDB/CE, consubstancia-se nos artigos 163 e 165, § 9º, da Constituição Federal para estabelecer normas gerais sobre planejamento, orçamento, fundos, contabilidade, controle e avaliação na administração pública; altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (LRF); e revoga a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

A proposta de lei complementar é de suma importância para o aperfeiçoamento da legislação orçamentária pátria. O texto traz diversas inovações e melhorias de aprimoramento da norma vigente, fazendo deste texto verdadeiro Código de Finanças. A última atualização da lei de finanças públicas ocorreu em 1982, por isso a necessidade reestruturá-la.

A proposta contempla as legislações orçamentárias mais importantes do país, que são: Plano Plurianual; Plano de Diretrizes Orçamentárias e Lei de Diretrizes Orçamentárias. A medida também propõe relevantes alterações na lei de responsabilidade fiscal. O texto já tramitou no Senado Federal e, desde 2016, aguarda apreciação desta Casa, inclusive o Tribunal da União encaminhou à Câmara Ofício SN/2017, com diversas recomendações.

O ministério da Infraestrutura, uma das principais pastas na atual conjuntura governamental, ressaltou a importância do referido projeto para o avanço do país. Por estas razões, requeiro a criação desta comissão.

Sala das Sessões, em de abril de 2019.

Deputado LUCAS GONZALEZ